Centro Latinoamericano de Demografía

CELADE

Documentos para Seminarios

MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE A CORREPONDÊNCIA ENTRE PROBLEMA, PESQUISA E POLÍTICA

George Martine

DS/28-23
Julio, 1978
100

Seminario sobre Redistribución Espacial de la Población, organizado por el Area de Población y Desarrollo dentro del marco del *Programa de Cooperación e Intercambio CELADE/CANADA*, agosto, 1978.

I N D I C E

		Página
1.	Introdução	1
2.	O problema migratório	3
	2.1 A migração e o sistema econômico	4
	2.2 A perspectiva das áreas de atração e expulsão ...	8
	2.3 Os migrantes	12
3.	Níveis de atuação sobre o problema migratório e a contribuição da investigação social	21
	3.1 Políticas afetando o migrante	22
	3.2 Políticas afetando os fluxos	23
	3.3 Políticas afetando o planejamento da distribuição espacial da população	26
4.	Considerações finais	33

Indice de tabelas e gráficos

Tabelas

1	Crescimento do PNB e do Emprego por setor, segundo taxas migratórias alternativas no modelo de simulação de Yap. (Brasil, 1950-1965)	6
2	Distribuição de renda (%) da PEA masculina nordestina residente nas RMs do centro-sul e nordeste, por status migratório. Tipo de migração, destino e tempo de residência dos migrantes, 1970. (Idade padronizada)	11
3	Taxa de retenção da população migrante por sexo, quadro de procedência e período de chegada nas regiões metropolitanas: 1959-1970	18
4	Nível de escolaridade da população migrante adulta por sexo, segundo tempo de residência, regiões metropolitanas 1970	19

Gráficos

1	Distribuição de renda da PEA masculina por status migratório; idade padronizada (regiões metropolitanas, 1970)	15
2	Distribuição de renda da PEA feminina por status migratório; idade padronizada (regiões metropolitanas, 1970)	16

1. INTRODUÇÃO

Poucos fenômenos têm atraído tanto a atenção de planejadores e cientistas sociais nos últimos quinze anos quanto as migrações internas. Esse interesse concentrado no fenômeno migratório se deve a diversos fatores. Inicialmente, as migrações são altamente visíveis nas suas dimensões e repercussões; embora sejam mero produto, e não determinante, de transformções diversas na estrutura econômica e social, os deslocamentos populacionais têm um componente em todos os grandes problemas sociais que assolam o País. Por outro lado, as soluções para esse problema notório aparentam uma simplicidade fascinante para políticos e planejadores, particularmente em países de dimensões e alternativas continentais como o Brasil; assim, se as correntes migratórias estão "inchando" as grandes metrópoles, bastaria desviá-las para cidades médias ou pequenas; se existe um excedente de trabalhadores agrícolas sem terra em áreas tradicionais, poder-se-ia deslocá-lo para as zonas de vazio demográfico, resolvendo-se assim os incômodos sem alterar a estrutura básica etc. Por último, o problema migratório é cativante para os cientistas sociais, pois ele se presta a estudos múltiplos e prestigiosos. Existe uma vasta bibliografia e uma série de reuniões internacionais documentando a importância do assunto; os agentes do processo podem ser quantificados com certa facilidade e, portanto, levantamentos periódicos e surveys ocasionais geram grandes quantidades de dados colocados à disposição dos investigadores.

Entretanto, pode-se afirmar que, poucos dos muitos estudos realizados nessa área têm tido uma relevância direta para os propósitos de formulação de políticas visando atingir o problema migratório. Na maioria das vezes, não se sabe definir muito claramente para quem, e em que circunstâncias, a migração constitui um problema. Nessas condições, as ações políticas mais evidentes dirigidas para sua solução não resistem a um exame mais cuidadoso. Neste trabalho, aborda-se explicitamente a delimitação do problema migratório como primeiro passo para uma discussão da correspondência entre pesquisas e políticas na área de mi

grações internas e redistribuição espacial da população. Entende-se, assim, que qualquer tentativa de adequar a realização de pesquisas às necessidades de formulação política dirigidas ao problema migratório, deve ser precedida de uma enunciação do que se entende por este conceito e de uma previsão dos níveis de atuação política viáveis. Ou seja, presume-se que o esforço feito no sentido de subsidiar a formulação de políticas, implica num juízo de valores explícito sobre a definição do que constitui o problema migratório e, também, uma previsão razoável do tipo e nível de políticas a serem formuladas e implementadas.

De fato, a canalização de esforços para o estudo das migrações com o intuito de elaborar políticas, é produto de um juízo de valores no sentido de que haveria algo errado com os padrões atuais em termos da direção, intensidade ou características dos fluxos; julga-se que os deslocamentos populacionais estariam causando problemas ou deixando de ajudar a resolvê-los. Não se acredita na possibilidade de pesquisas "puras e objetivas" nas ciências sociais de um modo geral, pois qualquer hipótese ou tese já tem embutida uma série de valores e preconceitos.[1] Mas quando se pretende utilizar pesquisas explicitamente para subsidiar políticas, o conteúdo valorativo adquire uma dimensão ainda mais relevante; neste caso, faz-se absolutamente necessário esclarecer para quem e em que circunstâncias a migração seria problemática. Por outro lado, de nada serviria realizar investigações para identificar ou viabilizar políticas que viessem a ser ineficazes ou que não tivessem qualquer possibilidade concreta de serem implementadas dados os *constraints* de um determinado modelo político-econômico vigente. Assim, é necessário delinear a *priori*, os eventuais tipos e níveis de atuação antes de se traçar um programa de pesquisas visando subsidiar tais políticas.

Numa tentativa de contribuir para uma melhor explicitação dessas questões, o presente trabalho aborda, inicialmente, a definição do problema migratório no Brasil com base na interpretação de alguns estudos recentes; em seguida, analisam-se distintos níveis de atuação política sobre esse problema e sugerem-se linhas adicionais de investigação que poderiam orientar os planejadores nessa área.

2. O Problema Migratório

Dada a complexidade do processo e a multiplicidade de seus aspectos, a migração permite uma grande variedade de óticas valorativas, dependendo da postura teórico-ideológica adotada; assim, o deslocamento de grandes contingentes populacionais sobre o espaço pode até ser considerado, não como problema, mas como altamente funcional, seja para o sistema, seja para determinadas regiões, setores econômicos ou grupos sociais que se beneficiam mais diretamente da disponibilidade de mão-de-obra barata proporcionada pela migração.

Como definir o "problema migratório"? Já é fato notório que, de acordo com o censo demográfico de 1970, quase um terço da população brasileira, ou seja, 30 milhões de pessoas, era classificada como migrante. Projetadas essas cifras, teríamos cerca de 40 milhões de migrantes em 1980 e 60 milhões no ano 2.000. Tendo em vista que esses números não englobam o tipo de migração que talvez seja o mais comum de todos, i.e, as migrações que se deslocam de uma área rural para outra urbana dentro do mesmo município, e ignoram também a migração repetida (e comete outras omissões menos relevantes), então não resta dúvida de que o volume total de movimentos populacionais seja considerável.

Entretanto, não se pode qualificar o grau e gênero do problema migratório simplesmente pela dimensão dos fluxos. Embora as comparações de fluxos entre países e regiões sejam prejudicadas pelas variações nos parâmetros tempo-espaço que definem a migração, é interessante observar que a população de um país desenvolvido como os EEUA exibe uma mobilidade geográfica, em termos absolutos e relativos, muito maior do que a do Brasil.[2] Vale mencionar também que a região brasileira de maior dinamismo econômico (o Estado de São Paulo) é, simultaneamente, a região de maior intensidade migratória.[3]

Enfim, não é a simples dimensão do fenômeno migratório que determina a gravidade do problema. A avaliação deve ser feita em diversos níveis e através de distintas perspectivas. As conclusões dessas respectivas avaliações, como corresponde a um processo altamente

complexo, não são necessariamente coincidentes. Na tentativa de contribuir para uma melhor explicitação da pergunta - "para quem e em que circunstâncias a migração é problema" - como ponto de partida para um esclarecimento de políticas migratórias aborda-se, a seguir, o processo migratório visto na perspectiva do sistema econômico, das áreas de atração e repulsão e, dos próprios agentes. Dada a finalidade específica desta sessão do seminário - A Incorporação de Variáveis Demográficas na Planificação - serão selecionados alguns trabalhos que se baseiam maiormente em dados demográficos, com ênfase nos estudos de diferenciais.

2.1 - A migração e o sistema econômico

As avaliações mais abrangentes visando analisar globalmente o papel do processo migratório no desenvolvimento econômico, têm sido realizadas por economistas, que utilizam, tipicamente, técnicas de econometria.[4] Na maioria desses estudos prevalece uma abordagem teórica derivada da tradição néo-clássica na qual a migração é tratada como um investimento em capital humano. Embora haja variações e algumas contradições, pode-se deduzir dessas análises que as migrações tais como têm ocorrido historicamente, i.e - influenciadas apenas pelas disparidades regionais e setoriais assim como pelas evoluções decorrentes na estrutura do mercado de trabalho, não constituem um "problema". Ao contrário, os deslocamentos teriam sido benéficos para o País e até para os migrantes.

A título de ilustração, são mencionados, a seguir, alguns estudos realizados dentro dessa linha macroeconômica. Talvez o primeiro trabalho deste tipo realizado no Brasil tenha sido o de Sahota.[5] Este autor, utilizando um modelo econométrico de custos e benefícios, apresenta uma tentativa de avaliação da relação entre a intensidade migratória e diferenciais interestaduais de renda, de criações de oportunidades econômicas, educação, urbanização, densidade populacional e distância geográfica entre capitais estaduais. Sahota observa que as migrações são sensíveis à diferenciais de renda, exercendo a educação uma influência atrativa sobre os migrantes e que a distância constitui um forte impedimento à migração. Afirma também que a urbanização e industrialização estimulam a mobilidade, mas

não são fatores suficientes de atração per se. Sahota conclui que políticas de educação e de localização industrial adequadas levariam à redução substantiva dos diferenciais inter-regionais de renda.

O estudo de Graham e Buarque[6] também aborda a relação entre migrações internas e diferenciais de renda entre regiões e chega a conclusões parecidas com as de Sahota. Eles estimam migrações interestaduais e correlacionam ganhos e perdas migratórias a nível estadual com diferenciais de renda per capita. Os autores constatam uma relação clara entre níveis de renda e comportamento migratório de cada estado. No período 1940-50, por exemplo, os diferenciais de renda regional tiveram uma influência importante na geração da migração, mas os deslocamentos populacionais não foram suficientes para evitar o aguçamento das disparidades de renda entre Estados. Entretanto, nas décadas de '50 e '60, o maior volume de migrações, além de estar associado ao nível de renda dos Estados no início de cada década, contribuiu para uma redução das diferenças interestaduais de renda per capita. Assim, os Estados de maior migração, experimentaram um aumento na renda per capita, enquanto que o inverso ocorreu em quase todos os Estados de imigração significativa.

Utilizando um modelo de simulação macroeconômica, Yap também aborda o problema da relação entre migrações internas e crescimento econômico.[7] Para derivar uma estimativa quantitativa do efeito da migração durante o período 1950-65, ela simula o crescimento econômico que teria havido com diferentes intensidades migratórias e compara estes resultados com o observado historicamente. Os resultados sugerem que a migração foi um fator positivo no desenvolvimento brasileiro durante o período pós-guerra. Assim, uma redução de 50% no parâmetro migratório implicaria numa redução das taxas de crecimento do PNB de 5,9 para 5.6% ao ano; a eliminação completa da migração significaria uma redução para 5.2%. (Ver tabela 1). Sugere-se também que a migração tem contribuído para acelerar a produtividade industrial e para atenuar (e não impedir) as tendências à concentração progressiva da renda que foram observadas durante o período.

Diversos outros estudos de cunho predominantemente macro

TABELA 1 - Crescimento do PNB e do Emprego por setor, Segundo Taxas Migratórias Alternativas no Modelo de Simulação de Yap. (Brasil , 1950-65)

Simulação do Parâmetro Migratório	Cambios no Nível de Migração	Taxas de Crescimento Médio Anual				
		PNB	Emprego por Setor			
			Agric.	Setor Moderno Qualificado	Setor Moderno Não Qualificado	Setor Tradicional
1. Redução de 100%	- 100%	5.2	3.7	3.3	3.6	- 2.1
2. Redução de 50%	- 43%	5.6	2.7	4.6	4.4	2.9
3. Taxa histórica	-	5.9	1.8	5.5	5.0	4.9
4. Aumento de 50%	+ 33%	6.2	1.0	6.2	5.5	6.1
5. Aumento de 100%	+ 59%	6.3	0.3	6.7	5.8	6.8
6. Aumento de 150%	+ 96%	6.6	- 1.0	7.3	6.3	7.6
7. Aumento de 200%	+ 120%	6.8	- 2.1	7.7	6.6	7.9

FONTE: Yap (op.cit), Tabela VI. 5

econômico poderiam ser mencionados[8] mas, para nossos propósitos, a constatação principal já foi estabelecida. Isto é, quando examinadas em termos da sua contribuição ao crescimento econômico, as migrações aparecem como altamente funcionais para o sistema, permitindo uma aceleração da produção nos setores urbano-industriais e servindo para atenuar as disparidades inter-regionais de renda ao alterar o denominador da equação em áreas de origem e destino. Essa abordagem tem tido o mérito de contrabalançar as avaliações bastante negativas da migração feitas tanto por planejadores urbanos como pela opinião pública, quanto à sua contribuição para o crescimento urbano desordenado, para o "inchamento" do mercado de trabalho, para a marginalização, etc.; ao ressaltar os benefícios trazidos pela migração para a economia, suas disfunções ficaram relativizadas. Por outro lado, a visão globalizante dos modelos macroeconômicos se presta a conclusão de que as migrações parecem estar imbuídas de uma racionalidade própria que inspira atitudes complacentes e dispensa assim a necessidade de interferencia no processo natural.

A funcionalidade do processo migratório para a estrutura vigente é também ressaltada por outro grupo influente de trabalhos na área de migrações. Entretanto, a postura teórico-ideológica subjacente a esta categoria de trabalhos é bastante distinta dos mencionados acima. Os estudos elaborados na perspectiva que costuma ser chamada de histórico-estruturalista enfatiza a funcionalidade dos deslocamentos populacionais em termos da criação e manutenção de uma reserva abundante de mão-de-obra na sociedade industrial capitalista[9]. Nessa ótica, a aglomeração espacial das atividades e, portanto, a urbanização, constitui uma exigência técnica da crescente especialização e complementaridade da produção industrial.

Os deslocamentos populacionais, neste contexto, tornam-se altamente funcionais; segundo formulação de Singer, por exemplo, "as migrações internas (sem falar das internacionais que poderiam, em boa parte, ser explicadas do mesmo modo) não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimentos às cidades e ao mesmo tempo criam os incentivos

econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macroeconômica do progresso técnico que constituíria a essência da industrialização".[10]

A própria marginalização de um segmento considerável da população migrante é consequente, neste enfoque, com a necessidade de se manter um contingente substantivo de trabalhadores em disponibilidade. O surgimento de grandes estratos ecológicos ocupados por grupos sociais marginalizados não é simples decorrência da "ultrapassagem" da industrialização pela urbanização, senão resultado de mudanças estruturais nas áreas de origem e, mais importante, da necessidade de se manter uma fonte de trabalhadores em permanente disposição. O caso da construção civil talvez seja o mais visível nesse sentido. Este setor é o maior absorvedor de mão-de-obra migrante nas áreas urbanas, mas seus salários são determinados, básicamente, pela oferta elástica de mão-de-obra. Devido ao baixo custo do fator trabalho, proporcionado pela renovação constante de mão-de-obra migrante, o setor está continuamente se capitalizando pela apropriação deste fator.[11]

Em suma, embora se possa aqui apenas aflorar a contribuição dos estruturalistas à melhor compreensão do significado da dinâmica migratória, já se pode afirmar que esse posicionamento tem permitido situar corretamente os deslocamentos populacionais dentro de uma visão global do funcionamento e necessidades da sociedade industrial capitalista. Embora concordem com a tese geral desenvolvida pelos macroeconomistas sobre a funcionalidade da migração para o crescimento econômico, os estruturalistas têm tido o mérito de explicitar para quem e em que circunstâncias a migração é funcional e que estratos sociais estão sendo manipulados nessa engrenagem.

2.2 - A perspectiva das áreas de atração e expulsão

As avaliações globalizantes do fenômeno migratório, do tipo mencionado acima, devem ser complementadas por abordagens parcializadas que, justamente por pertencerem a níveis de generalidade me

nores, permitem enfocar determinados aspectos em maior relevo; a subdivisão do fenômeno migratório em segmentos analíticos menores permite uma avaliação mais acurada de diferentes aspectos do problema migratório e das linhas de atuação a serem empreendidas. Neste sentido, por exemplo, as avaliações anteriores de nível global não coincidem necessàriamente com outras apreciações feitas na ótica mais segmentada dos lugares de forte emigração ou das localidades de atração conspícua.

É evidente que a migração constitui um processo unitário, no qual origem e destino, atração e repulsão, são apenas faces da mesma moeda. Entretanto, a utilização dessa taxionomia clássica facilita a discussão de distintos aspectos desse processo, pois as migrações geralmente envolvem movimentos de população de origem localizada para alguns destinos preferenciais; mais especificamente, a maior parte das correntes migratórias se dirigem de regiões menos privilegiadas para outras mais desenvolvidas. Nesta perspectiva, a observação dos macroeconomistas no sentido de que a migração tem contribuído para uma redução das disparidades de renda per capita entre regiões, pelo fato de diminuir o denominador nas regiões de origem e incrementá-lo nas regiões de destino, esconde outras consequências talvez mais relevantes desses deslocamentos.

Assim, por exemplo, examinadas na perspectiva das localidades e regiões de forte emigração, as migrações costumam ser avaliadas de forma bastante negativa. Nessas áreas, lamenta-se a saída de um grande número de pessoas que, se pudessem ter permanecido teriam contribuído com seu trabalho, com sua criatividade e com seus recursos para o desenvolvimento da localidade.[12] Este ponto pode ser ilustrado com referência à região Nordeste. De fato, as migrações a partir do Nordeste, por suas dimensões, constância e características têm-se constituído no protótipo das migrações brasileiras. O que teria acontecido no Nordeste sem esta emigração? Em termos demográficos, pode-se estimar que na ausência de qualquer emigração ou imigração durante o período 1940-70, o Nordeste teria pelo menos 5,5 milhões de pessoas a mais do que o total de 28 milhões enumerados em 1970.[13] Em termos qualitativos, pode-se observar que grande parte dos elementos fisicamente mais vigorosos teriam emigrado,

já que entre 55 e 60% de todos os migrantes encontram-se na faixa etária de 10 a 30 anos no momento da saída. Embora estudos realizados no Centro Sul do País indiquem que essa corrente migratória é composta, em sua maioria, por elementos não-qualificados e semi-qualificados, (ver tabela 2) resta a possibilidade de que haja uma evasão dos elementos mais capacitados, cujo pequeno número seria diluído no volume total de deslocamentos.

Desta forma, na perspectiva das áreas de expulsão, poderia estar havendo uma perda de potencial bastante grande. Entretanto, quando avaliadas em termos do mercado de trabalho dessas regiões, pode-se concluir que a migração serve para aliviar, de alguma maneira, a saturação do mercado de trabalho local. De fato, a emigração funciona também para reduzir a oferta numa situação de demanda limitada. Enfim, para as regiões de evasão notória, há uma certa ambiguidade com relação à migração: por um lado, esvazia as regiões, talvez até dos seus elementos mais dinâmicos mas, por outro, alivia uma situação que poderia gerar maiores tensões sociais.

Na perspectiva das localidades receptoras de grande número de migrantes, particularmente nas áreas urbanas, atribui-se frequentemente, a culpa pela inflação da oferta de mão-de-obra e assim, pela deflação dos níveis salariais, particularmente nas ocupações de baixa qualificação, à migração. Isto, evidentemente, é o inverso do argumento anterior referente à funcionalidade da migração em termos da manutenção de uma reserva de mão-de-obra barata.

Simultâneamente, o incremento populacional trazido pela migração, junto com o crescimento vegetativo da população migrante após sua chegada, implicaria num crescimento muito rápido da demanda por serviços básicos. Esta é a grande reclamação de administradores e autoridades urbanas contra as migrações. Já que a demanda por serviços básicos, numa economia capitalista, é efetivamente atendida somente quando ela for solvente, então a inchação das cidades por populações de parcos recursos contribui para a deterioração progressiva dessas localidades.[14] Desta forma, é comum a afirmação de que: "os ganhos quantitativos e qualitativos das regiões de acolhida não se fazem, porém, sem graves problemas... É nas cidades que o problema da inadequação da mão-de-obra se aguça, pois que sendo desqualificada para o trabalho no setor secundário, é aproveita

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (%) DA PEA MASCULINA NORDESTINA RESIDENTE NAS RMs DO CENTRO-SUL E NORDESTE, POR STATUS MIGRATÓRIO, TIPO DE MIGRAÇÃO, DESTINO E TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MIGRANTES, 1970.

IDADE PADRONIZADA)

TEMPO DE RESIDÊNCIA E CLASSES DE RENDA	INTER REGIONAL		INTER-ESTADUAL			INTRA-ESTADUAL			NATURAIS		
	São Paulo	Rio de Janeiro	Salvador	Recife	Fortaleza	Salvador	Recife	Fortaleza	Salvador	Recife	Fortaleza
0 – 5 anos											
0 – 100	9	9	14	23	30	20	30	39	–	–	–
101 – 200	49	50	43	34	34	45	40	43	–	–	–
201 – 500	36	32	24	24	17	22	21	13	–	–	–
501 – 1000	4	5	9	8	10	7	5	3	–	–	–
1001 e +	1	4	9	10	10	5	3	1	–	–	–
Total (N = 100%)	108.595	70.467	4.587	9.482	3.369	26.820	44.327	22.061	–	–	–
6 – 10 anos											
0 – 100	11	12	17	20	19	18	30	35	–	–	–
101 – 200	38	40	35	37	36	45	41	41	–	–	–
201 – 500	42	33	26	23	27	23	19	16	–	–	–
501 – 1000	6	9	12	9	7	8	6	4	–	–	–
1001 e +	2	5	10	12	10	5	3	3	–	–	–
Total (N = 100%)	62.493	36.554	1.903	4.356	1.565	13.626	18.582	12.682	–	–	–
11 e + anos											
0 – 100	9	12	14	19	28	17	27	32	–	–	–
101 – 200	33	32	42	39	36	45	41	39	–	–	–
201 – 500	44	36	22	26	20	24	23	20	–	–	–
501 – 1000	11	12	10	8	8	7	5	6	–	–	–
1001 e +	3	7	11	8	8	6	4	3	–	–	–
Total (N = 100%)	142.771	139.834	6.778	17.769	4.396	44.175	62.007	42.307	–	–	–
Total											
0 – 100	9	10	15	21	27	19	29	35	20	29	49
101 – 200	38	38	41	38	35	45	41	40	43	42	31
201 – 500	42	35	23	25	21	24	21	17	24	20	13
501 – 1000	3	10	10	8	9	7	5	5	8	5	4
1001 e +	2	6	10	9	9	6	4	2	5	4	3
Total (N = 100%)	313.998	246.986	13.268	31.786	9.826	84.621	124.916	81.050	137.261	184.021	116.101

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Tabulações Especiais preparadas pela FIBGE para o MINTER In: MARTINE, George & PELIANO, José Carlos. Migrantes nos mercados de trabalho metropolitanos. Brasília, 1977 (Em fase de impressão).

da nos baixos níveis do setor terciário. Outros problemas decorrem do desajustamento entre a quantidade de migrantes e o ritmo de crescimento urbano, que vem se mostrando insuficiente para absorver o fluxo de população. Esses desajustamentos contribuem para as crises de abastecimento alimentar, de água, de energia, crises de transporte e habitação ..."[15]

Em suma, as migrações para regiões mais desenvolvidas servem para acentuar as vantagens iniciais destas áreas e contribuem para o aguçamento de desequilíbrios regionais e setoriais; as migrações inflacionam a oferta de trabalho e o mercado consumidor das áreas de atração, ao passo que contribuem para que recursos sociais sejam investidos nessas áreas para fazer frente ao crescimento.

2.3 - Os migrantes

Os movimentos populacionais também devem ser examinados na perspectiva dos agentes ou seja, dos próprios migrantes e migrantes-potenciais. Enfatiza-se este aspecto, no presente trabalho, não por se considerá-lo mais importante, senão pela proliferação recente de estudos relevantes nessa área que utilizam dados demográficos (objeto desta sessão do Seminário) e que levam a conclusões que merecem ser sintetizadas e avaliadas.

Um primeiro aspecto a reiterar sobre os agentes do processo é a desorganização social e psicológica que, frequentemente, acompanha a migração. É bastante comum, tanto entre acadêmicos como administradores a assunção de uma atitude de menosprezo frente a este aspecto supostamente secundário já que, teoricamente, ele é derivado de uma problemática bem mais genérica. Entretanto, qualquer contato direto com a população migrante de renda baixa ressalta o drama agudo que causa o desarraigamento de origem, família e amigos, acentuado pela insegurança sobre o futuro e o medo do desconhecido.[16]

Num nível de generalidade maior, o fator fundamental a ser considerado com referência aos agentes do processo migratório diz respeito à busca de emprego e renda mais satisfatória. É fato conhecido

que os estudos demonstram sistematicamente que a busca de emprego e renda satisfatória constitui a principal motivação para a migração.[17] Por outro lado, a análise das condições objetivas do mercado de trabalho nacional demonstram claramente a dificuldade que grande parte da população (seja ela migrante, não-migrante ou migrante-em-potencial)tem para conseguir um emprego que lhe proporcione uma renda adequada. A pergunta fundamental a ser respondida na avaliação da migração para o agente é a seguinte: a migração proporciona uma melhoria de emprego e renda para a maioria dos migrantes?

A resposta a esta pergunta não pode ser dada de forma categórica, pois a metodologia e os dados necessários para este propósito inexistem. Para formular uma avaliação do significado da migração em termos de níveis de renda e emprego do migrante, seriam necessários estudos longitudinais que proporcionassem informações referentes à situação de indivíduos e grupos sociais em pelo menos dois pontos no tempo- antes de migrar e depois de uma fixação de residência num destino mais ou menos permanente. Esse tipo de informação praticamente inexiste , mas um número considerável de estudos recentes,tem utilizado como "proxy" da avaliação das modificações ocorridas nas condições de vida das pessoas que se deslocam, comparações entre migrante e naturais e, entre subgrupos de migrantes diferenciados segundo o tempo de residência numa determinada localidade.[18] Grosso modo, haveria neste tipo de investigação, duas preocupações básicas:

a) em que sentido e medida a população migrante se diferencia da população natural do lugar de destino?
b) Como se altera a situação dos migrantes na proporção que se adaptam no destino? (i.e. - como evolui a situação socioeconômica do migrante na medida em que aumenta seu tempo de residência?).

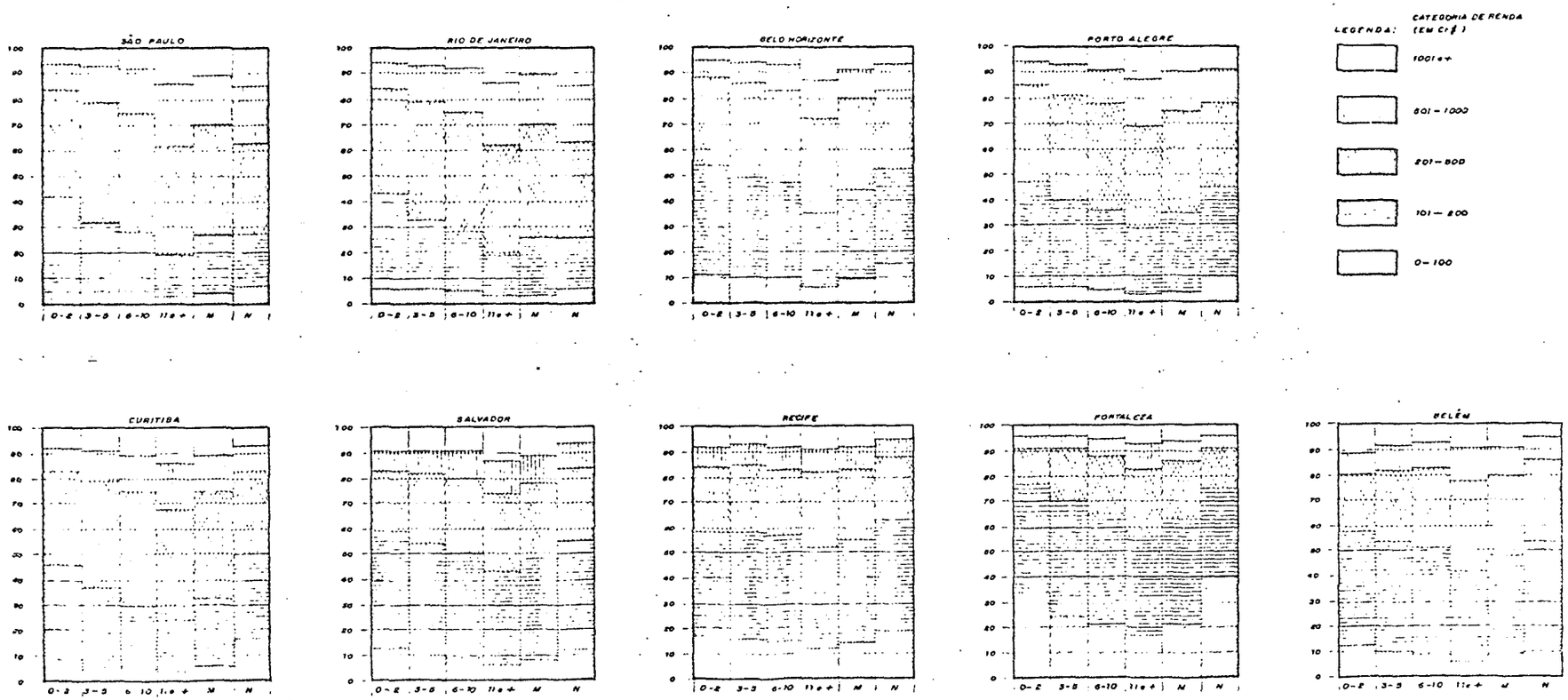
De modo geral, pode-se dizer que os numerosos estudos realizados com esta abordagem têm chegado a conclusões divergentes, e até contraditórias, com respeito ao posicionamento respectivo de migrantes e naturais em termos de renda, ocupação, educação, participação no setor formal etc. A maioria dessas divergências nos resultados pode ser explicada em termos de discrepâncias conceituais e/ou metodoló -

gicas.[19] Entretanto, talvez seja mais interessante observar que, apesar das discrepâncias, praticamente todos esses estudos revelam um padrão evolutivo idêntico com respeito ao posicionamento dos migrantes segundo o tempo de residência numa determinada localidade. Este padrão encontrado de forma tão regular é o seguinte: à medida que aumenta o tempo de residência dos migrantes, sua situação em termos de renda, ocupação etc. tende a melhorar significativamente. A tendência é verificada independentemente do tipo de unidade de observação, embora seja mais acentuada em áreas de atração mais desenvolvidas.[21]

A título de ilustração, os Gráficos 1 e 2 mostram a distribuição de renda da população residente nas nove Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras segundo a condição migratória. Observa-se que enquanto a relação migrante-natural varia em direção e intensidade entre as diversas RMs, o maior tempo de residência implica numa melhoria progressiva em praticamente todos os grupos migrantes, tanto homens como mulheres, nessas mesmas cidades. (Ademais, vale observar que os dados não-padronizados revelam progressões ainda mais significativas por tempo de residência que aquelas apresentadas nestes Gráficos).

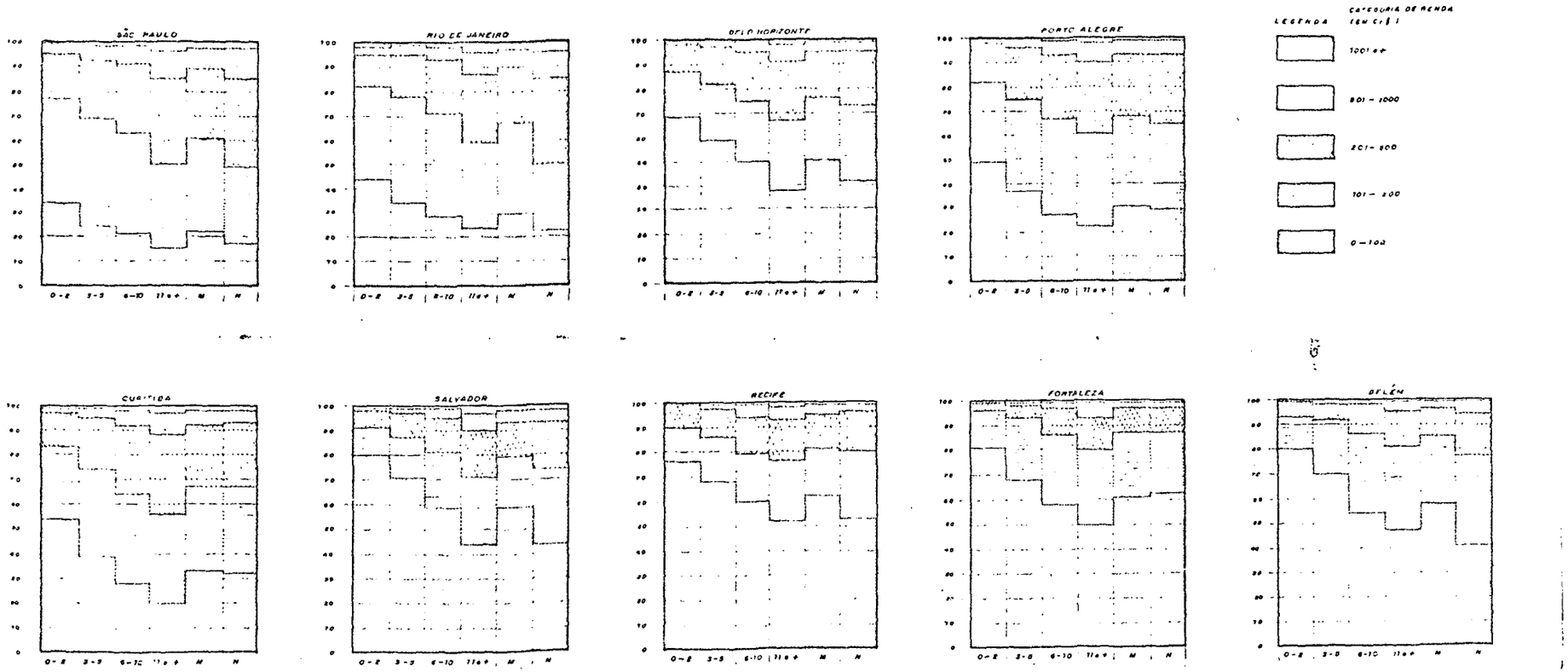
As implicações teóricas e práticas destas observações seriam aparentemente claras; já que a situação da população migrante melhora sensivelmente à medida que aumenta seu tempo de residência e até que os migrantes antigos estejam em melhor situação que os naturais na maioria das RMs, então estaríamos diante de um processo francamente saudável de mobilidade social provocado pela mobilidade geográfica. Bastaria ao migrante um certo tempo para acumular experiências, contatos e savoir-faire urbano para que ele se adaptasse à sociedade receptora e se estabelecesse como membro ativamente produtor desta sociedade. Simultaneamente, a migração estaria cumprindo um papel importante no processo de modernização da sociedade, já que funcionaria como mecanismo através do qual a sociedade de orientação agrícola-tradicional se transformaria em sociedade urbano-industrial.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DA PEA MASCULINA POR STATUS MIGRATÓRIO, IDADE PADRONIZADA (REGIÕES METROPOLITANAS, 1970).



Fonte: Martine (op.cit.) p. 9-10

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DA PEA FEMININA POR STATUS MIGRATÓRIO; IDADE PADRONIZADA (REGIÕES METROPOLITANAS, 1970).



FONTE: Martine (op.cit.) p. 9-10

De um ponto de vista político-prático, não haveria nenhuma razão para interferir,a não ser superficialmente, no processo migratório (i.e. - através de medidas assistenciais visando reduzir as dificuldades do migrante durante o trajeto e na chegada), uma vez que a dinâmica natural seria funcional para a sociedade e benéfica para os agentes.

Sem querer entrar no problema da suficiência deste tipo de argumentação, deve-se observar que outras explicações são perfeitamente plausíveis. Entre essas, vale salientar um aspecto importante que nunca foi devidamente considerado nos estudos de migração, i.e. - a re-migração ou migração repetida. De fato, embora a maior parte dos estudos de diferenciais aludam ao fato de que as comparações entre sub-grupos populacionais diferenciados por condição migratória podem estar sendo prejudicadas em grau desconhecido pela re-migração ocorrida antes da realização do Censo, este caveat é pouco valorizado.

Entretanto, recente estudo sugere que a migração repetida (ou a re-migração entre a data da chegada numa determinada localidade e a data do Censo) pode ser muito elevado.[21] Os dados da Tabela 3 dimensionam a proporção de todos os migrantes que, tendo chegado nas RMs brasileiras durante os períodos 1959-64 e 1964-67, respectivamente,teriam sobrevivido até a data do Censo de 1970; isto é, representam os migrantes que não teriam falecido ou re-migrado antes do Censo. De modo geral, estes dados sugerem um alto nível de evasão ou não-sobrevivência dos migrantes nas RMs brasileiras - consideradas como áreas de melhor capacidade de retenção de migrantes. Aproximadamente um terço dos migrantes não sobreviveram a uma temporada média de cinco anos e 43% não sobreviveram a uma média de nove anos na cidade.[22]

Por outro lado, é altamente significativo o fato de que , segundo a Tabela 4, a retenção da população migrante é seletiva dos elementos mais escolarizados na maioria das RMs. De fato, observa-se nesta Tabela uma melhoria sistemática por tempo de residência que somente pode ser explicada por uma evasão dos elementos mais marginalizados da população migrante. A partir dessas informações sobre a dimensão e características da evasão de migrantes das RMs brasileiras - onde as chances de serem absorvidos pelo mercado de trabalho são reco

TABELA 3 - Taxa de retenção da população migrante por sexo, quadro de procedência e período de chegada nas Regiões Metropolitanas: 1959-70.

RMs	HOMENS				MULHERES			
	1964 - 67		1959 - 64		1964 - 67		1959 - 64	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rura
São Paulo	65	58	59	58	67	64	61	63
Rio de Janeiro	69	64	60	57	70	68	61	60
Belo Horizonte	78	80	61	63	74	79	59	62
Porto Alegre	68	67	57	58	68	68	58	56
Curitiba	66	62	45	40	66	63	44	41
Recife	59	75	41	52	58	67	41	50
Salvador	60	58	50	48	63	62	51	50
Fortaleza	66	62	51	43	61	58	50	45
Belém	77	69	57	50	72	70	54	47
Total	67	63	57	56	67	66	58	58

FONTE: Martine (op.cit.) p. 19

TABELA 4 - Nível de escolaridade da população migrante adulta por sexo, segundo tempo de residência, Regiões Metropolitanas 1970.

(percentagens)

Nível de Escolaridades e Tempo de Residência	HOMENS									MULHERES								
	SP	RJ	BH	PA	CB	RE	SA	FO	BE	SP	RJ	BH	PA	CB	RE	SA	FO	BE
Sem Instrução e Primário Incompleto																		
0 - 2	58	56	52	49	49	60	58	74	60	65	64	59	56	56	67	65	79	69
3 - 5	53	53	53	45	43	63	56	68	55	60	64	60	53	50	69	63	71	69
6 -10	51	52	47	44	39	63	54	64	58	60	61	56	52	47	70	65	67	66
11 e +	43	44	37	40	35	62	53	62	56	54	56	48	50	44	70	63	67	68
Primário Completo																		
0 - 2	28	26	32	31	31	20	22	13	18	25	22	27	29	29	20	20	15	18
3 - 5	32	29	31	33	35	19	22	17	25	28	23	27	32	33	18	22	18	19
6 -10	34	30	34	34	36	19	25	19	26	29	26	28	33	35	18	22	19	24
11 e +	39	34	40	36	39	22	28	20	27	34	28	34	35	38	19	23	20	23
Secundário ou Superior																		
0 - 2	14	18	16	19	19	20	20	13	22	10	14	14	15	14	13	15	9	13
3 - 5	15	18	16	23	22	18	22	14	20	11	12	14	16	17	13	15	11	12
6 -10	14	17	19	22	24	18	21	18	15	11	13	16	16	18	13	14	13	10
11 e +	17	22	23	24	26	16	20	18	17	12	15	17	15	17	11	13	13	9

FONTE: Martine (op.cit.) p. 23.

nhecidamente melhores - a hipótese de que a melhoria na situação sócio-econômica de migrantes por tempo de residência, comprovada em quase todos os estudos anteriores de diferenciais, refletiria uma adaptação progressiva dos migrantes ao novo meio, fica bastante abalada. Pelo contrário, essa melhoria pode ser interpretada como resultado da expulsão de uma proporção significativa dos migrantes mais marginalizados ou de uma sobrevivência dos mais fortes.

Em termos da formulação de políticas, a tese de que estaria havendo um alto grau de migração repetida no Brasil, afetando até as localidades tidas como absorvedoras por excelência de mão- de-obra migrante, não conduz a atitudes complacentes. De fato, a migração repetida dos elementos mais marginalizados tem suas raízes na dificuldade de encontrar um emprego satisfatório; ou seja, a migração seria impulsionada basicamente, na terminologia tradicional, por motivos de expulsão. É muito importante para a configuração de uma imagem correta da dinâmica migratória, a observação de que não existiriam, a nível nacional, oportunidades de emprego satisfatórias para grande número de migrantes e migrantes-potenciais. A migração por atração pressuporia um volume de emprego compatível com o volume da força de trabalho disponível. No Nordeste, ao contrário, estudo realizado pela SUDENE demonstra que cerca de 47% da força de trabalho nordestina se encontrava desempregada ou subempregada em 1972.[23] Embora a situação seja menos crítica em outras regiões do País, as taxas de subemprego são sempre altas, mesmo nas regiões que recebem contingentes numerosos de migrantes. Neste sentido, é altamente pertinente a observação de que nas nove Regiões Metropolitanas, que até 1970 haviam recebido mais de um terço de todos os migrantes brasileiros, cerca de 35% da PEA podia ser considerada como sub-remunerada.[24]

Esta dificuldade de encontrar um emprego satisfatório invalida, muitas vezes, o paradigma clássico de "origem-destino", já que a migração é frequentemente iniciada sem ter um destino certo em vista, e que os deslocamentos se repetem cada vez que a capacidade de sobrevivência numa determinada localidade se encontra prejudicada.

Em suma, na perspectiva dos agentes do processo (os mi-

grantes e migrantes-potenciais), o "problema migratório" é definido como uma questão de emprego e renda. Se a renda baixa decorrente da inexistência de empregos satisfatórios em números suficientes, num determinado modelo de organização da produção, constitui o princi - pal determinante da migração, ao mesmo tempo que sua consequência mais nefasta, então a solução eficaz do problema migratório deve ser buscada ao nível da própria disponibilidade e distribuição de emprego. Deve-se enfatizar que estas reflexões não significam que a migração está sendo considerado como problema a nível dos agentes; pelo contrário, a avaliação correta do processo conduz à definição do problema migratório em níveis passíveis de equacionamento através de ações visando às áreas de intersecção entre renda, emprego e migração. É esta a perspectiva que orienta a discussão que se segue sobre níveis de atuação possíveis e pesquisas visando a formulação de políticas.

3. Níveis de Atuação sobre o Problema Migratório e a Contribuição da Investigação Social

Conforme as discussões anteriores, considera-se essencial, à orientação de estudos visando a formulação de políticas, uma prévia reflexão sobre os tipos e níveis de atuação viáveis dentro das circunstâncias e constraints de um determinado modelo político. Por outro lado, é necessário visualizar os níveis de generalidade de uma atuação prática que fosse de encontro a distintos tipos de ne - cessidades e que conferisse à política migratória uma especificidade própria.

Em princípio, podemos visualizar três grandes categorias de interferência sobre o fenômeno migratório; a primeira atuaria sobre o migrante, a segunda sobre os fluxos e a terceira sobre o planejamento de distribuição espacial da população. Estas categorias são diferenciadas tanto em termos do tipo e grau de intervenção governamental previstas, como em termos de requerer para sua implantação e implementação, um nível de generalidade de informação diferenciado

e de implicar na utilização de recursos e instrumentos distintos. Convém ressaltar que estas alternativas são complementares na sua operacionalização e nas suas consequências.

3.1 - Políticas afetando o migrante

Uma série de diretrizes cogitáveis nesta área tem em comum o fato de se dirigirem, especificamente, ao migrante como indivíduo e/ou como grupo. A finalidade principal destas políticas seria a de reduzir as consequências negativas secundárias ocasionadas pelo processo migratório. As maiores dificuldades imediatas enfrentadas pelo migrante se fazem sentir durante o trajeto e na chegada. Neste contexto, a política migratória consistiria em ajudar o migrante a se locomover no espaço, dando-lhe passagem, hospedagem, documentação, assistência médica e auxílio para vencer as barreiras do desconhecimento no local de chegadae facilitando a sua inserção nessa localidade.[25]

Em suma, considera-se, a este nível de atuação, que os migrantes em trânsito e o migrante recém-chegado, sofrem uma série de dificuldades específicas que podem ser aliviadas através de uma rede de assistência destinada a atender as necessidades particulares e imediata desta camada da população. Desta forma, dificuldades de documentação, hospedagem, passagem, informação, saúde, etc. são passíveis de serem solucionadas a curto prazo por uma assistência específica destinada à população migrante. Dentro do Programa de Migrações Internas que está sendo desenvolvido pelo MINTER (Ministério do Interior), está sendo montado, em colaboração com outras entidades regionais, estaduais e locais, um programa de Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREMIs) em localidades de maior afluxo de migrantes.

Que tipo de pesquisa adicional seria necessário para viabilizar ou implementar este nível de política migratória? Basicamente, são necessárias informações sobre os trajetos percorridos por diversos grupos migrantes, a fim de poder orientar a localização dos centros de assistência. O Censo constitui, atualmente, a única fonte de informação sobre fluxos; para determinadas áreas de atração tradicional (e.g. Regiões Metropolitanas e outras grandes cidades) pode se presumir uma certa continuidade de fluxos que perduraria duran-

té a maior parte do período intercensal; isto é, pode-se presumir que a direção preferencial dos fluxos verificados em 1970 persiste ainda em 1978. Entretanto, num país de dimensões continentais, caracterizado por um alto grau de dinamismo populacional, onde novos fluxos de grandes dimensões são provocados sucessivamente por fatores estruturais ou fatores climáticos, o instrumento censitário torna-se inadequado para informar sobre o processo migratório corrente.

A falta de informações sobre a origem dos deslocamentos, suas características e suas direções preferenciais está, portanto, prejudicando o planejamento de ações governamentais visando atender às populações deslocadas. Numa tentativa de minimizar essa deficiência, o MINTER está montando um Sistema de Informações sobre Migrações Internas (SIMI). Este sistema estabelecerá uma rede de coleta de dados progressivamente mais abrangente que poderá fornecer indicadores das alterações na ocorrência e características do movimento populacional sobre o território nacional. Numa primeira instância, as unidades primárias para a coleta de dados serão constituídas pelas instituições que fornecem serviços para migrantes (Ver o instrumento de coleta no Anexo 1). Posteriormente, serão integradas outras instituições (assistênciais, religiosas, agências de emprego) etc. à rede do SIMI; mesmo sem pretender atingir uma representatividade estatística, as informações coletadas dessa forma devem tornar mais eficazes os serviços assistenciais dirigidos à população migrante e subsidiar outras agências de planejamento.

3.2 - Políticas afetando os fluxos

A eficácia de uma política migratória destinada a minorar as dificuldades secundárias experimentadas pela população migrante sempre ficará muito reduzida se não for articulada com o mercado de trabalho já que a busca de melhores oportunidades de emprego constitui a principal motivação dos movimentos populacionais. Neste sentido, grande parte desses problemas secundários se derivam da inca

pacidade do migrante de encontrar e manter um trabalho remunerativo adequado, a curto prazo. Isto aconteceria, pelo menos na ótica do capital humano, pela falta de conhecimentos sobre alternativas do mercado de trabalho ou por falta de capacitação profissional. Na ausência de uma integração com o mercado de trabalho, portanto,os postos na rede de atendimento ao migrante facilmente se transformariam em pontos de convergência numa cadeia de pobreza circulante.

Em vista dessas considerações, é exequivel acoplar a rede de assistência social para migrantes em trânsito ou recém-chegados a um sistema nacional (ou, pelo menos, regional) de informaçoes sobre o mercado de trabalho. Ou seja, na medida em que os serviços de assistência ao migrante fossem integrados à serviços de informação sobre oportunidades de emprego em espaços diferenciados, a política migratória passaria a consistir, não somente no atendimento às necessidades mais prementes dos migrantes mas também na orientação das direções a serem tomadas pelos fluxos. Na sua formulação mais rudimentar, esta atuação consistiria em enviar ou desviar fluxos migratórios do local A para o local B e facilitar tanto o trajeto como a inserção no local B. Isto é, sabendo-se da disponibilidade de empregos de determinado tipo no local B, migrantes potenciais no local A (ou migrantes chegando ao local A a partir de C.D ... N) que poderiam assumir estes empregos ou seriam passíveis de treinamento, seriam mandados, com a devida assistência ao local B. À medida que as informações sobre o mercado de trabalho e a rede de assistência ao migrante se tornassem mais completas, os locais C.D. ....N poderiam ser integrados ao sistema.

Na prática, deve-se observar que este tipo de atuação política sobre o fenômeno migratório tem algumas limitações básicas. Primeiro, sistemas de informações sobre emprego em países sub desenvolvidos costumam ser, de fato, agências localizadas de emprego com uma abrangencia espacial muito restrita; nesse contexto, dificilmente têm condições (ou terão condições a curto e a médio prazos) de orientar migrantes para buscar empregos em outras localidades e regiões. Por outro lado, esses sistemas costumam se dirigir mais à PEA qualificada (ou pelo menos, semi-qualificada), não sendo, portanto,

muito relevantes para a grande massa de desempregados e sub-empregados não-qualificados que constituem o núcleo do contingente de migrantes e migrantes-em-potencial. Por último, é ainda mais relevante a observação, feita anteriormente, de que simplesmente não existem oportunidades de emprego em números suficientes para acomodar toda a mão-de-obra disponível. Nesse contexto é evidente que a tentativa de racionalizar o próprio mercado de trabalho, seja através de um sistema de informações visando adequar oferta e demanda, seja através de atividades de treinamento de mão-de-obra, não resolve o problema fundamental da própria disponibilidade e distribuição de oportunidades econômicas.

Em princípio, portanto, as intervenções diretas no direcionamento de fluxos migratórios no Brasil têm caráter limitado. Os únicos lugares para os quais poderiam ser dirigidos alguns fluxos seriam aqueles onde o Governo está desenvolvendo grandes projetos localizados (i.e.- barragens, complexos petroquímicos etc.) durante o período de construção e implantação, ou em áreas de colonização ou outras áreas caracterizadas, de alguma maneira, por uma oferta massiva de empregos.

As funções da investigação social com respeito à viabilização deste nível de atuação seriam de auxiliar e orientar a escolha de alternativas capazes de maximizar a criação de oportunidades econômicas. Neste sentido, existe ainda muita desinformação e ingenuidade política, com relação aos meios que deveriam ser utilizados para aumentar a disponibilidade de empregos. Há muita discussão em torno da utilização de tecnologia intensiva em mão-de-obra, de simplificação tecnológica, do fortalecimento do setor informal, da coletivização de mão-de-obra não-qualificada, da contratação de serviços não-qualificados, da absorção do excedente rural em programas de colonização etc. Entretanto, os efeitos concretos de tais propostas e sua viabilidade política dentro do atual modelo são, muitas vezes, desconhecidos.[27] Neste contexto, a principal constribuição das investigações sociais nessa área seria, portanto, a de elucidar as alternativas capazes de aumentar as oportunidades de emprego em localidades espacialmente restritas.[28]

3.3 - Políticas afetando o planejamento da distribuição espacial da população.

A outro nível de generalidade, pode ser esboçada uma concepção de política migratória que não objetiva tanto atuar sobre o migrante ou sobre os fluxos tais como ocorrem, mas sobre a própria racionalização da distribuição espacial da população. Esta alternativa parte do princípio de que a migração é ocasionada pela distribuição desigual das atividades econômicas através de regiões, setores e grupos sociais e por mudanças ocorridas na estrutura e distribuição espacial das atividades produtivas.

Nesta linha, a eficácia da política migratória se identifica com a eficácia do planejamento econômico no que diz respeito à maximização da criação de oportunidades econômicas e de alternativas de fixação produtiva.[29] Ou seja, considera-se que uma política migratória eficaz implica na consideração do problema migratório, particularmente na sua dimensão de emprego, ao nível de planejamento do próprio sistema econômico. Mais explicitamente, a solução definitiva do problema migratório implica numa preocupação sistemática, dentro do planejamento econômico, com duas dimensões normalmente consideradas apenas de forma secundária : a política social (entendida como a maximização de emprego e renda nas camadas populacionais mais carentes) e o planejamento do uso do espaço. Esta preocupação com a dimensão espacial da criação de empregos para as populações mais carentes seria, por sua vez, a contribuição específica da política migratória ao planejamento econômico.

Grande parte das políticas brasileiras já cogitadas, sugeridas ou implementadas (implícita ou explícitamente) na organização do espaço nacional ou regional, constituem uma tentativa deste tipo. Ou seja, são propósitos ou intentos parciais de influenciar a distribuição espacial das oportunidades econômicas sobre segmentos mais ou menos reduzidos do território nacional. Algumas destas aparentam mais uma declaração de princípios, (e,g,- interiorização, ocupação dos espaços vazios, descentralização, delitorização, estímulo ao crescimento de cidades médias, fixação do homem na terra etc.) cujas origens e justificativas são variavelmente nebulosas, do que po-

líticas de organização do espaço, propriamente ditas. Outras possuem um grau de concretização muito maior, pois estão ligados a projetos prioritários de ação governamental. Tais, por exemplo, são os programas de colonização, os diversos "pólos" de desenvolvimento, assim como praticamente todas as medidas que afetam a distribuição espacial das atividades econômicas, incluindo a repartição de investimentos e incentivos fiscais.

É evidente que cada um destes programas subentende uma determinada concepção de como deveria ser a distribuição espacial da população sobre o território. Por exemplo, ao fomentar a colonização da Amazônia, é óbvia a intenção do planejador de precipitar a exploração e ocupação de territórios vazios nesta região. Ao subsidiar o desenvolvimento industrial do Nordeste através de incentivos fiscais ou ao tentar fixar o agricultor nesta região, estar-se-ia tentando evitar o êxodo de nordestinos e portanto valorizando este aspecto da atual distribuição de população sobre o território. Ao tentar conter o crescimento das cidades metropolitanas e dinamizar as cidades médias, estar-se-ia, logicamente, atribuindo um valor negativo às primeiras e um positivo às segundas.

Outras ilustrações poderiam ser citadas, mas a observação genérica que se deduziria seria a mesma; já existem uma série de sugestões, proferidas em termos oficiais, que afetam e vão afetar a distribuição espacial de oportunidades econômicas. Cada uma destas sugestões a respeito da população estar mais concentrada ou mais espalhada, ou localizada preferencialmente em determinadas áreas, é consequência de um juízo de valores. Estes valores não são sempre explicitados e nem estão sempre coerentes com os valores subjacentes a outros esquemas de redistribuição espacial, nem necessariamente com objetivos predominantes do planejamento nacional. De fato, além dos projetos e intenções citados, e outros não citados da mesma natureza, que afetam deliberadamente a distribuição espacial da população, existem outros onde não há nenhuma explicação e, às vezes, nem consciência dos seus efeitos.

Portanto, não existe ainda uma visão unificada da organização espacial da população que sirva de orientação para a alocação

de recursos e investimentos sobre o espaço. Também não há uma consciência explícita do volume de população a ser alocado sobre o espaço; esta dimensão, porém, não pode ser simplesmente ignorada desde que, segundo estimativas conservadoras, teremos um aumento de 30 milhões de pessoas entre 1970-80 e de 105 milhões no período 1970-2000. Não se encontra, por outro, uma clara consciência do determinismo histórico do processo de urbanização; as grandes panacéias preconizadas para o problema espacial brasileiro, no sentido de fixar o homem à terra, absorver o excedente populacional através de programas de colonização maciça ou outros expedientes ligados à produção primária, embora válidas em maior ou menor grau, têm limitações históricas inerentes.

A ausência de uma visão integrada da orientação que deveria ser impresso à distribuição espacial das atividades econômicas e de uma preocupação explícita com a criação de empregos no investimento de recursos sobre o espaço, é derivada das próprias exigências do modelo político-econômico e das deficiências das abordagens técnicas. Por um lado, o próprio modelo exige, teoricamente, que a alocação de recursos sobre o espaço seja feita de forma descentralizada, obedecendo assim às determinações do mercado. Por outro, as potencialidades objetivas das principais alternativas de reorganização espacial citada acima e seu provável impacto sobre a criação de empregos - e, portanto, sobre a absorção da população carente - são, em grande parte, desconhecidas.

Essa conjugação das deficiências técnicas com o determinismo e especificidades do modelo vigente no Brasil talvez seja a maior responsável pelo empirismo com o qual são lançados vastos e custosos programas que, a exemplo do programa de colonização da Transamazônica, tem que ser abandonados pouco depois de instaurados.[30] Para os propósitos deste trabalho, é mais relevante a discussão de caminhos capazes de levar a uma explicitação das alternativas técnicas de redistribuição espacial das oportunidades econômicas. Vale observar também que os constraints do modelo vigente são, de certa forma, relativos, tendo em vista o controle que o governo brasilei-

ro pode exercer, direta e indiretamente, sobre a maior parte da alocação setorial e espacial de recursos disponíveis. Os parágrafos seguintes abordam, portanto, a discussão de linhas de pesquisas que poderiam contribuir para uma racionalização do processo de distribuição espacial da população, elemento considerado aqui como o mais importante numa política de migração.

3.3.2 - Distribuição da população e pesquisas relevantes

Tendo em vista que, de acordo com as discussões anteriores, a distribuição espacial da população resulta da alocação de atividades econômicas sobre o espaço, as pesquisas que se fazem mais relevantes para fins de subsidiar uma política migratória dizem respeito à relação entre a alocação espacial de recursos e seus efeitos sobre a disponibilidade e disposição desigual das oportunidades econômicas. Mais especificamente, dado o papel fundamental da influência governamental, direta e indireta, sobre a alocação de recursos e oportunidades econômicas, e tendo em vista que a definição de política nesta área significa manipular esta influência governamental, duas grandes linhas de investigação tornam-se relevantes.

Inicialmente, é necessário analisar a influência passada da intervenção governamental, direta ou indireta, explícita ou implícita, sobre a distribuição espacial e setorial de recursos e os efeitos desta alocação sobre o remanejamento populacional; nesta linha de investigação, procura-se-ia analisar o significado de políticas anteriores e detectar aquelas que são mais eficazes na re-alocação de população. Segundo, diversas alternativas de redistribuição de recursos em termos de crescimento, expansão e ocupação do território, devem ser analisadas na perspectiva de sua contribuição potencial para a criação de oportunidades econômicas e para o desenvolvimento;

esta avaliação de alternativas e potencialidades visaria fornecer subsídios para uma racionalização progressiva da distribuição da população. Estas duas linhas são detalhadas a seguir.[31]

a) Investigação da influência de políticas econômicas

É um fato axiomático que quase todas as políticas econômicas alteram a configuração das oportunidades de emprego sobre o espaço. O conhecimento do efeito de políticas anteriores parece, portanto, essencial para quem pretende subsidiar a formulação de políticas explícitas. Uma primeira abordagem que mereceria ser utilizada mais sistematicamente, consistiria na recapitulação de diretrizes manifestas e subjacentes com respeito à redistribuição espacial das atividades econômicas durante um período determinado e a confrontação destas diretrizes com os fluxos de investimento e com as alterações na distribuição espacial da população a fim de avaliar a correspondência entre propósitos, instrumentos e resultados no período. Neste esquema, enfatizar-se-iam, particularmente, os eventos dos últimos 15 ou 20 anos e, entre estes, aqueles que visaram, entre outros propósitos, alterar a tendência predominante dos fluxos migratórios (e.g. - industrialização do Nordeste, colonização da Amazônia, ocupação produtiva do Centro-Oeste, estímulos à descentralização, programa de apoio à cidades de porte médio, etc). Desta maneira, estar-se-ia traçando um perfil das políticas de redistribuição populacional que, de fato, têm sido aplicadas.

Complementando este tipo de análise e, tendo em vista a possibilidade de pesquisas longitudinais, seria de grande utilidade para a compreensão dos efeitos de políticas governamentais fazer, a partir de agora e durante um período de alguns anos, um acompanhamento sistemático e permanente dos fluxos de investimento para relacioná-los com os deslocamentos populacionais.Este procedimento permitiria uma avaliação mais concreta sobre que tipos de investimentos, e em que circunstâncias, têm efeitos mais incisivos sobre a redistribuição da população. Neste sentido, seria

particularmente relevante o acompanhamento dos investimentos em determinados setores reconhecidos como altamente absorvedores de mão-de-obra migrante, como é o caso da construção civil.

Por outro lado, poderia ser conveniente atualizar alguns estudos que utilizam métodos agregados para detectar fatores de diferenciação macro ou microrregional que explicassem os fluxos migratórios entre diversas áreas, dando ênfase aos efeitos de políticas regionais sobre a alteração no quadro das disparidades que geram a migração. Este tipo de abordagem poderia ser complementado com estudos integrados de caso, em áreas típicas de atração e expulsão, que reconstituíssem a evolução histórica da estrutura de produção e de sua população, enfatizando a investigação de políticas mediatas e imediatas sobre essas transformações.

b) Pesquisas visando padrões de redistribuição espacial

Grande parte das investigações realizadas na área de migrações internas podem ser enquadradas em uma ou outra das seguintes categorias. Por um lado, várias se propõem a avaliar diversos tipos de migração em termos do seu significado positivo ou negativo para indivíduos, grupos, comunidades, regiões, ou para a própria nação. Uma outra série de pesquisas procura elucidar o problema de como ocorre a migração, o que motiva os migrantes e o que determina estruturalmente os deslocamentos populacionais. Conjugando os resultados destes dois tipos de investigação, poderia esperar-se informações relevantes na determinação de por que formular uma política migratória e a respeito do como , em termos de instrumentos, ela deve ser implementada. No entanto, contribuiriam relativamente pouco para responder a uma outra pergunta mais fundamental ainda, i.e. - que política migratória deve ser adotada?

De fato, julgando-se necessário, ou para reduzir os efeitos negativos da migração, ou para aumentar sua eficiência, redirecionar os fluxos, então são imprescindíveis algumas diretrizes a respeito de que fluxos devem ser aumentados, diminuídos, redirigidos, estimulados ou desviados. Isto é, para aplicar uma política de

racionalização de investimentos e população sobre o território, é necessária uma idealização prévia de como deveria ser alocada a população sobre o espaço a médio e longo prazos para maximizar a criação de oportunidades econômicas. Para que se possa contribuir ao processo de planejamento neste sentido, seria necessário ter noções muito mais claras do que as que existem atualmente a respeito de alternativas de aproveitamento do espaço a médio e longo prazos.

O objetivo global de investigações com esta ótica seria o de obter uma aproximação gradual dos custos e benefícios relativos de diversos padrões de ocupação e, desta forma, proporcionar uma idealização de formas alternativas de assentamento. Como se procede a esta idealização? Não existem antecedentes que possam fornecer uma orientação clara neste particular. Tendo em vista este vazio teórico e metodológico, poderia ser conveniente, pelo menos inicialmente, proceder a uma avaliação parcializada das grandes alternativas de ocupação do espaço e, assim, progressivamente, fornecer subsídios para uma visualização mais integrada. Por "grandes alternativas" entendem se aqui as diversas possibilidades de ocupação e de redistribuição populacional que podem ser concebidas: concentração, descentralização, interiorização, colonização, fixação, nucleação, urbanização etc.

É evidente que a viabilidade de cada uma desta alternativas é particularizada segundo regiões, níveis de desenvolvimento, circunstâncias de investimento, de tecnologia, recursos, etc. Não há regras imutáveis que possam ditar tamanhos, densidades, localizações ou distribuições ótimos. No entanto, há questionamentos e alternativas concretas que são sujeitas a verificação empírica. Tendo em vista a complexidade do tema, seria despropositado nos extendermos agora numa discussão detalhada destes questionamentos e de métodos de abordagem. Apenas a título de ilustração, podem ser citadas algumas áreas de pesquisas que forneceriam orientações concretas para a racionalização progressiva da utilização do espaço:

- custos e benefícios de aglomeração em cidades de tamanho diferenciado.

-viabilidade de descentralização industrial, discriminação entre indústrias suscetíveis a descentralização e outras que precisam ser localizadas em grandes cidades.

-economias de escala no fornecimento de serviços básicos segundo tamanhos diferenciados de cidades.

-padrões alternativos de nucleação numa rede urbana regional e nacional.

-custos de oportunidade nas tentativas de fixação do homem rural e de colonização.

-avaliação de experiências de colonização dirigida e não dirigida ; possibilidades concretas de serem extendidas estas experiências, por região e sub-região.

-custo-benefício dos esforços governamentais para criar pólos de desenvolvimento; efeitos sobre radicação da população.

-tendências históricas da transferência setorial e regional da população; custos de oportunidade na reversão destas tendências; padrões, previsões de prováveis tendências.

Enfim, uma vez aceito o postulado de que para a formulação de políticas migratórias mais eficientes e significativas, faz-se necessário abordar o problema da racionalização progressiva da população sobre o espaço, as investigações visando subsidiar a formulação de políticas tornam-se muito mais abrangentes e complexas. Nesta ótica, trata-se não somente de avaliar o processo migratório mas de fornecer elementos para a inclusão progressiva de uma dimensão espacial integrada no planejamento.

4. Considerações Finais

Num seminário que se preocupa, entre outros assuntos, com a incorporação das variáveis sócio-demográficas no planejamento (e mais especificamente no planejamento da distribuição espacial da

população), pareceu-nos fundamental indagar, inicialmente, se as tais variáveis teriam algo específico para contribuir ao esforço de planejamento. Esta indagação não é retórica nem original; um dos observadores mais astutos da realidade latino-americana comentava recentemente que: "As declarações referentes à necessidáde de uma planificação ampla para abordar o problema do desequilíbrio urbano-rural são abudantes; em alguns países, os órgãos de planejamento ou consultoria têm apresentado propostas concretas e existem alguns planos regionais com finalidades especiais que oferecem lições práticas interessantes. Mas são muito raros os testemunhos de progresso na tarefa de aplicar o planejamento à distribuição da população nacional ou mesmo de adotar decisões nacionais coerentes com as orientações gerais da política.Os encarregados da planificação econômica e do planejamento físico continuam trabalhando de forma independente. O estudo das vantagens relativas da centralização ou descentralização dos investimentos que determinarão a localização das futuras possibilidades de emprego prosseguirá a um nível elevado de generalização, sem que possa apoiar-se em análises integradas das consequências econômicas, sociais e políticas das atuais tendências e possíveis variantes". 33)

Neste trabalho, sugerimos que a ineficácia dos estudos voltados para o fenômeno migratório em termos de subsidiar políticas, se devem, em primeiro lugar, à falta de uma definição explícita de por que, como, para quem, e em que circunstâncias a migração constitui problema. Seguindo este raciocínio, procuramos formular, na primeira parte deste trabalho, uma explicitação do problema migratório, utilizando estudos realizados sob distintas óticas como ponto de partida para este exercício. Sugerimos que o problema migratório, para fins de formulação de política, pode ser definido de forma mais adequada, em termos de emprego e renda. Este binômio se encontra na base tanto da motivação subjetiva como dos determinantes estruturais de migração e, portanto, deve servir como ponto de partida para uma reflexão sobre as políticas a serem formuladas nessa área.

No tocante à utilização da pesquisa sócio-demográfica para subsidiar a formulação de políticas visando ao problema migratório, sugerimos também que qualquer tentativa neste sentido deve ser

precedida de uma reflexão sobre os tipos de políticas que poderiam vir a ser implantadas nessa área; de fato, não haveria nenhum sentido em elaborar programas de pesquisas que alimentassem o delineamento de políticas inviáveis ou ineficazes. De acordo com esta orientação, foram sugeridos três planos complementares de atuação política, situados em níveis crescentes de generalidade, que afetariam, respectivamente, ao migrante, aos fluxos e à redistribuição espacial da população.

Cada um desses níveis de atuação sobre o problema migratório requer, para sua viabilização e implementação, um tipo de informação específica. Indubitavelmente, as políticas de maior eficácia sobre as áreas de intersecção entre migração, emprego e renda, dizem respeito à redistribuição de oportunidades econômicas. Neste particular, foram sugeridas duas principais linhas de investigação. De um lado, procurar-se-iam avaliar os efeitos da atuação governamental sobre a redistribuição vertical e horizontal das oportunidades econômicas e, por outro lado, buscar-se-ia subsidiar a racionalização da distribuição espacial da população através de uma explicitação das alternativas de ocupação territorial e expansão econômica.

NOTAS

1. Neste sentido, considera-se que as críticas incisivas feitas por Lynd e Mills à pseudo-objetividade e neutralidade irreponsável, continuam válidas; Cf. Robert S. Lynd - Knowledge for What? Grove Press Inc. N.Y. 1939; C. Wright Mills - The Sociological Imagination, Grove Press, Inc, N.Y. 1959.

2. Cf. por exemplo, Sidney Goldstein - "The extent of repeated migration: an analysis based on the Danish population register", Journal of the American Statistical Association, December, 1964. Vol.59,pp. 1121-1132.; "Americans go West - and South", The Economist, February 28, 1976.

3. Pedro Pinchas Geiger - "Migrações Inter-Regionais e Intra-Regionais no Brasil", Migrações Internas e Desenvolvimento Regional, CEDEPLAR, UFMG, 1973, Vol. II, p. 37.

4. Para uma discussão mais detalhada desta abordagem macroeconomica no Brasil, ver John Redwood - Internal Migration, Urbanization and Frontier Region Development in Brazil Since 1940, Tese de mestrado em planejamento urbano, Berkeley, 1968, capítulo II; Peter Eaton - The In-Migration of Unskilled Labor to Large Urban Centers in the Brazilian Northeast, tese de doutorado en economia, University of Florida, 1976, capítulo II; Mary Garcia Castro - Migrações Internas: "Analise Crítica de Alguns Modelos e Econômicos de Natureza Econômica", (mimeo), s.d.

5. Gian Sahota - "An economic analysis of internal migration in Brazil", Journal of Political Economy, Vol. 76, No 2, (March-April, 1968).

6. Douglas H. Graham e Sergio Buarque de Hollanda Filho - Migration, Regional and Urban Growth in Brazil, O Instituto de Pesquisa Econômicas, 1971, esp. cap. IV.

7. Lorene Yap - Internal Migration and Economic Development in Brazil, tese de doutorado em economia, Harvard University, 1973.

8. Por falta de espaço, diversos outros trabalhos importantes realizados nessa área não podem ser analisadas aqui; ver inter alii: Milton da Mata - "Urbanização e Migrações Internas," Pesquisa e Planejamento Economico, 3 (3): 717-722, 1973; Hamilton Tolosa - "Macroeconomia da urbanização brasileira," Pesquisa e Planejamento Economico, 3 (3): 585-642, 1973; Speridião Faissol - Migrações Internas no Brasil e suas Repercussões no Crescimento Urbano e Desenvolvimento Econômico, Superintendência de Pesquisas, FIBGE, 1973, 145 p.; John Redwood e David M. Vetter - Uma Análise Multivariada das Migrações Internas no Brasil até 1970, mimeo,1976; Helio Moura, Carmen Suzana Holder e Aidil Sampaio - Nordeste: Migrações Inter e Intra-Regionais, 1960/70, Recife, 1976.

9. Ver, inter alii - Paulo Singer: Economia Política de Urbanização, Editoria Brasiliense, CEBRAP, 1973, 152 p.; Balán, Jorge "Urbanización, Migraciones Internas y Desarrollo Regional", in Migrações Internas e Desenvolvimento Regional, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, Vol. II, p. 75-100, 1973; Juarez Brandão Lopez - "Desenvolvimento e Migrações: Uma abordagem histórico-estrutural", Estudos CEBRAP, São Paulo, out./dez, 1973.

10. Singer (op.cit.) p. 33

11. George Martine e José Carlos Peliano - Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano, Série Estudos para o Planejamento, nº 19, IPEA/IPLAN, 1978, capítulos 2 e 6; Cesar Manoel de Medeiros - "A importância da construção Civil no Planejamento dos países em desenvolvimento", Análise e Conjuntura, Fundação João Pinheiro, dezembro,1976.

12. "As espoliações que o Sudeste exerce diz respeito tanto aos aspectos quantitativos como aos qualitativos; a competição cidade-campo no Brasil é fundamentalmente uma competição vantajosa do Sudeste em relação às outras regiões do país ... O processo migratório é frequentemente um processo seletivo (idade e sexo).. Finalmente uma seleção de inteligência, ou pelo menos de conscientização é estabelecida pelo processo migratório..": in Bertha Becker -"As migrações internas no Brasil, reflexos de uma organização do espaço desequilibrada". Centro de Pesquisa de Geografia do Brasil,p. 110-111. É interessante também que uma enquete realizada junto a prefeitos de municípios que perderam população são perfeitamente conscientes do significado desta perda; François Bremaker - "Os municípios e o êxodo municipal", Revista de Administração Municipal, 23 (19): 30-39., 1976.

13. Ver Otamar de Carvalho e George Martine - Migrações e Urbanização: Concepção de Políticas e Instrumentos para a Ordenação de Migração Interna no Brasil, MINTER, Brasília, 1977, p. 8-10.

14. Deve-se reconhecer que as colocações feitas aqui sobre os efeitos da migração em áreas de atração e expulsão são, devido à falta de tempo e espaço, bastante simplistas. Haveria, por exemplo, todo um longo debate a fazer sobre a "crítica anti-urbana" que a migração tem propiciado. Este posicionamento levado ao extremo é que tem gerado a tese conhecida de um ex-prefeito de São Paulo no sentido de que "São Paulo precisa parar". (Cf. J.C. de Figueiredo Ferraz - São Paulo e seu Futuro, Antes que seja Tarde Demais, IBAM, Rio, 1976). Para a tese contrária ver - Candido Procópio Ferreira de Camargo et alii - São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, São Paulo, 1976 . Estes e outros trabalhos são discutidos em Mary G. Castro - "O Migrante na Cidade do Rio de Janeiro", projeto de tese de mestrado, UFRJ/COPPE/PUR, mimeo, 1977.

15. Becker, (op.cit.) p. 113; esta citação reflete bem a opinião corrente a este respeito.

16. "As diferenças nas condições culturais entre as áreas de procedência e de destino podem gerar efeitos sobre a estrutura psíquica dos indivíduos, tornando-os mais vulneráveis ao surgimento de doenças mentais, já muitas vezes existentes em estado de latência, inclusive por uma predisposição hereditária". in DRH/SUDENE - "Consequencias da migração sobre a Estrutura Psíquica do Migrante", Termos de Referência, DRH/SUDENE, 1977, p. 2. Ver também Banjamin Malzberg e Everett Lee - Migration and Mental Disease, Social Science Research Council, New York, 1956; Everett S. Lee - "Socio-economic migration differentials in mental disease, New York State, 1949-1951," The Milbank Memorial fund Quarterly July 1963, pp.249-268.

17. Ver, a respeito das causas e motivos da migração, a discussão em Singer (op.cit.) p. 50-52.

18. Ver: Milton da Mata et alii - Migrações Internas no Brasil, Rio de Janeiro, IPEA; 1973. Mary G. Castro et alii - Mudanças na Composição de Emprego e na Distribuição de Renda: Efeitos sobre as Migrações Internas, SERFHAU/BNH/OIT, Brasília, 1976. Hélio Moura & J.O. Coelho - Migrações para as Grandes Cidades do Nordeste: Intensidade e Características Demográficas, BNB/ETENE, Fortaleza, 1975. Hélio Moura, C.S. Holder & Aidil Sampaio - Regiões Metropolitanas do Nordeste: Diferenciais de Renda e de Educação entre Naturais e Migrantes, BNB/ETENE, Fortaleza, 1975. George Martine & J.C. Peliano - Migrantes nos Mercados de Trabalho Metropolitanos, (op.cit.) Manoel Costa, Urbanização e Migração Urbana no Brasil, IPEA, Série Monográfica nº 21, Rio de Janeiro, 1975. Kalman Schaeffer & Cheywa Spindel - São Paulo, Urban Development and Employment, ILO, Geneva, 1976. Elza Keller -"Migrações Internas na Região Sudeste: Alguns Resultados Preliminares", IBGE, Rio de Janeiro (mimeo), 1976. Cheywa Spindel - A Metrópole e o Migrante : Região Metropolitana de São Paulo, São Paulo, 1974 (mimeo).

19. Para uma discussão mais detalhada destes aspectos, ver: George Martine - "Adaptation of Migrants or Survival of the Fittest? A Brazilian Case", Journal of Developing Areas, (forthcoming).

20. Por esta razão os trabalhos realizados nas RMs do Nordeste (ver Moura et alii - op.cit.) são os únicos que não mostram vantagens nítidas para os migrantes mais antigos.

21. Martine - "Adaptation of Migrants or Survival of the Fittest? A Brazilian Case", (op.cit.)

22. É evidente que, dada a estrutura jovem da população migrante, e a própria dimensão da evasão, a re-migração será componente muito maior desta evasão que a mortalidade.

23. Ver Maria do Socorro Barros Kelly e Nara Pires Ferraz - Força de Trabalho e Emprego no Nordeste, 1968/1972, Recife, MINTER/SUDENE/DRH, 1975, p. 117-118 e 130-131.

24. Martine e Peliano (op.cit.) capítulo 6.

25. As linhas de atuação traçadas a seguir são, basicamente, as que orientam o Programa de Migrações Internas, sendo executado no Brasil pelo MINTER; ver - Otamar de Carvalho - "O Ministério do Interior e as Migrações Internas", Interior , III (19): 40-45, 1977.

26. Para uma definição mais clara desta assistência, ver CESE/MINTER- "Projeto Nacional de Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes", MINTER, 1974 (mimeo); Mary G. Castro - "Uma alternativa de ação governamental na área de migrações internas", SERFHAU/MINTER, 1974 (mimeo).

27. Por exemplo as sugestões bem-intencionadas da OIT, baseadas em experiências africanas, no sentido de fortalecer o setor informal (cf. International Labour Office - Employment, Income and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya. Geneva, 1972), tem sido seriamente criticado em termos de suas premissas e prováveis efeitos. (Cf. Manfred Bienefeld e Hubert Schmitz - "Capital accumulation and employment in the periphery", Discussion Paper nº 98, Institute of Development Studies, Sussex , October, 1976).

28. O SINE (Sistema Nacional de Emprego) do Ministério do Trabalho no Brasil está procurando aliar os serviços das agências de emprego à informações mais abrangentes sobre a evolução, presente e futuro do mercado de trabalho.

29. A política oficial de migrações internas no Brasil sugere, entre suas diretrizes globais, a necessidade de buscar uma racionalização do processo de distribuição espacial da população ver - MINTER/SG - Política de Migrações Internas, Ministério do Interior e Secretaria de Planejamento, Brasília, 1976.

30. Para uma avaliação das principais experiências recentes de colonização ver, George Martine - Migrações Internas e Alternativas de fixação Produtiva no Brasil, Trabalho apresentado no Simpósio sobre Migração e Desenvolvimento, CLACSO, México, setembro, 1978.

31. A etapa atual do programa de pesquisas sobre migrações internas sendo desenvolvido pelo MINTER se concentra nestes aspectos; cf : MINTER/SG - A Terceira Etapa da Pesquisa de Migrações Internas : Contornos e Objetivos, MINTER, Brasília, 1976.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SECRETARIA GERAL

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MIGRAÇÕES INTERNAS — SIMI
BOLETIM DE COLETA DE DADOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

2. ENTIDADE EXECUTORA — 3. CÓDIGO

4. UNID. PRIMÁRIA DE COLETA — 5. CÓDIGO

6. DATA DE CHEGADA NA LOCALIDADE — MÊS E ANO

7. HÁ MENOS DE 5 MESES — SIM [1]

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

8. NOME

9. SEXO — MASC. [1] FEM. [2]

10. IDADE — ANOS

11. ESTADO CIVIL — SOLTEIRO [1] CASADO [2] VIÚVO [3] DESQUITADO [4]

12. PROFISSÃO OU OCUPAÇÃO PRINCIPAL — 13. CÓDIGO

14. ALFABETIZAÇÃO — ANALFABETO [1] SÓ ASSINA O NOME [2] LÊ E ESCREVE [3]

15. CURSOS REGULARES (ÚLTIMA SÉRIE CONCLUÍDA) — 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

16. CURSOS NÃO REGULARES — MOBRAL [1] SUPL. 1º G [2] SUPL. 2º G [3] PROFISSIONALIZANTE [4]

ACOMPANHANTES

17. SOZINHO(A) [1] — 18. ESPOSO(A) [2] — 19. FILHOS [3] — 20. PAIS [4] — 21. OUTROS PARENTES [5] — 22. (SOMA)

MENORES DE 10 ANOS QUE ACOMPANHAM O CHEFE DE FAMÍLIA

NOME	IDADE	SEXO MASC.	SEXO FEM.	ÚLTIMA SÉRIE
23.	24	25 [1]	[2]	26
27.	28	29 [1]	[2]	30
31.	32	33 [1]	[2]	34
35.	36	37 [1]	[2]	38
	40	41 [1]	[2]	42
	44	45 [1]	[2]	46
(S O M A)	47	48		49

HISTÓRICO MIGRATÓRIO

ETAPAS	LOCAIS DE RESIDÊNCIA	TEMPO DE RESIDÊNCIA
NASCIMENTO		
50. TOTAL DE LOCAIS		TOTAL

PRINCIPAIS ETAPAS MIGRATÓRIAS E MOBILIDADE OCUPACIONAL

	MUNICÍPIO	U.F.	TEMPO DE RESID. ANOS	TEMPO DE RESID. MESES	PROFISSÃO OU OCUPAÇÃO PRINCIPAL	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO: EMPREGADOR [1]	EMPREGADO [2]	AUTÔNOMO [3]	NEGRO [4]	QUADRO DOMICILIAR: ROSA [1]	VILA [2]	CIDADE [3]
LOCAL DE NASCIMENTO			52		53.	54.				55.		
OUTROS LOCAIS DE RESID. (MÍNIMO 6 MESES)			57.		58.	59.				60.		
			62.		63.	64.				65.		
			67.		68.	69.				70.		
LOCAL DE PROCED.			72.		73.	74.				75.		
	(S O M A)	76.				77.				78.		

79. FORMA DE MIGRAÇÃO — CONTRATADO POR TERCEIROS [1] INICIATIVA PRÓPRIA [2]

80. ENCAMINHADO POR UM CETREMI OU SIMILAR — SIM [1]

81. NOME DO ÓRGÃO QUE ENCAMINHOU

82. MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO — 83. CÓDIGO

84. MUNICÍPIO DE DESTINO: — U.F. — CÓDIGO

85. DATA ___/___/___

86. NOME DO ENTREVISTADOR

PARA USO DA ENTIDADE EXECUTORA

87. DATA DE CHEGADA NA LOCALIDADE — MÊS E ANO	88. SEXO	89. IDADE	90. ESTADO CIVIL	91. ALFABETIZAÇÃO	92. CURSOS REGULARES	93. CURSOS NÃO REGULARES	94. FORMA DE MIGRAÇÃO	96. ENCAMINHADO POR UM CETREMI OU SIMILAR

CENTRO LATINOAMERICANO DE DEMOGRAFIA
CELADE

Edificio Naciones Unidas
Avenida Dag Hammarskjöld
Casilla 91, Santiago, CHILE

300 mts. Sur y 125 Este de la Iglesia
San Pedro, Montes de Oca
Apartado Postal 5249
San José, COSTA RICA